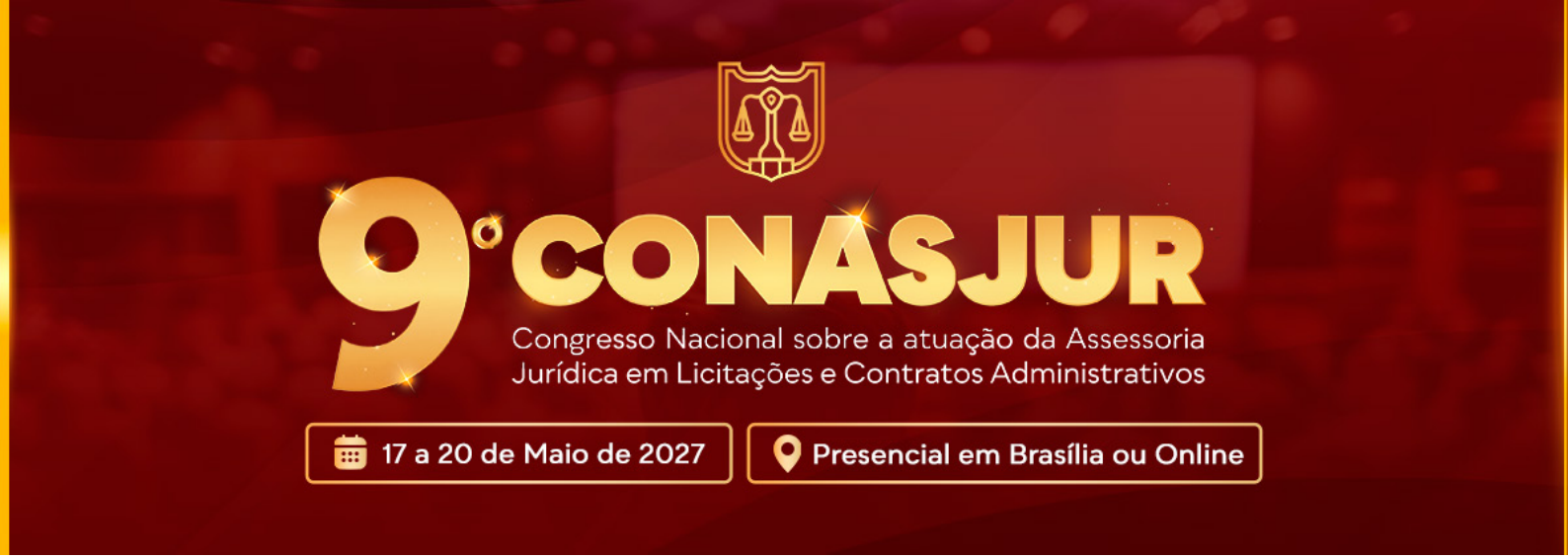
9° CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos

17 a 20 de Maio de 2027

Presencial em Brasília ou Online

inove



APRESENTAÇÃO

O 9º CONASJUR será um encontro dedicado ao aprofundamento técnico, à atualização profissional e ao debate dos principais desafios enfrentados pela assessoria jurídica na Administração Pública.

Em um cenário de constantes transformações legislativas, tecnológicas e institucionais, o congresso propõe uma abordagem prática e estratégica sobre a aplicação da Lei nº 14.133/2021, promovendo reflexões sobre segurança jurídica, inovação, governança e eficiência nas contratações públicas.

Ao longo de quatro dias de programação, os participantes terão acesso a conferências, painéis temáticos e oficinas especializadas, com discussões voltadas à realidade da atuação jurídica no setor público.

Entre os destaques estão os impactos da Reforma Tributária nos contratos administrativos, o uso da Inteligência Artificial na atividade jurídica, o Sistema de Compras Expressas (SICX), a pesquisa de preços, as contratações de tecnologia da informação, o reequilíbrio econômico-financeiro e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

As oficinas proporcionarão uma experiência de aprofundamento prático, permitindo que cada participante escolha os temas mais alinhados às suas necessidades profissionais e aos desafios de sua instituição.

Mais do que acompanhar as mudanças, é preciso estar preparado para interpretá-las e aplicá-las com segurança, responsabilidade e visão estratégica.

O 9º CONASJUR é uma oportunidade para ampliar conhecimentos, fortalecer a atuação da assessoria jurídica e contribuir para contratações públicas mais seguras, eficientes e alinhadas ao interesse público.

9º CONASJUR — Conhecimento jurídico, inovação e segurança para transformar a atuação pública.

PALESTRANTES



DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL (COORDENADOR TÉCNICO)

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União no Brasil (AGU), com atuação na consultoria e assessoramento de gestores federais nas áreas de contratações públicas e concessões de serviços públicos. Ocupou diversos cargos como o de Subprocurador-Geral na matéria administrativa na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Secretário de Coordenação de Transportes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, Subprocurador-Geral Federal da Procuraria-Geral Federal e de Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, entre outros. Atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (PFE-ANPD). É Mestre em Direito Público na Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Law), especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN, do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, Coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Fórum, 2022) e Professor na área de licitações e contratos administrativos.



ANDERSON SANT'ANA PEDRA

Procurador do Estado do Espírito Santo. Advogado e Consultor em Direito Público (Anderson Pedra - Advogados). Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito do Estado (PUC/SP). Especialista em Direito Público e Processual Público. Professor colaborador do Mestrado em Direito da FDV e do Mestrado em Gestão Pública da UFES. Professor na graduação de Direito Administrativo e de Direito Constitucional da FDV/ES. Professor em pós-graduação de diversas instituições de ensino no Brasil. Atua como Instrutor em diversas instituições públicas e privadas em temas relacionados a contratações públicas. Palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais. Ex-Chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGE/ES. Ex-Chefe da Consultoria Jurídica do TCE/ES. Autor.



CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ex-Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.



CRISTIANA FORTINI

Possui Pós-Doutorado/Estágio Senior (bolsa Capes) na George Washington University (2015); Doutorado em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003); Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995); Professora Visitante da Universidade de Pisa/Itália; Professora da graduação, mestrado e doutorado (corpo permanente) na Faculdade de Direito da UFMG; Professora do mestrado (corpo permanente) da Faculdade de Direito Milton Campos; Vice Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); integra a comissão de estudos em prol da liberdade econômica da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais- FIEMG; Editora da Revista Brasileira de Estudos Políticos (Rbep); é membro do corpo de Mediadores e Árbitros do Centro Brasileiro de Litígios Econômicos; Especialização em Mediação e Conciliação (em andamento); foi Controladora Geral de Belo Horizonte (2011 a 2014); foi Procuradora Geral Adjunta de Belo Horizonte (2008 a 2011); foi Diretora da PBH Ativos (2017); foi Assessora Especial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2017); foi Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA); foi presidente da comissão de direito administrativo da OAB/ MG (2017/2019) e da Comissão de Parcerias Público Privadas da OAB/MG (2017/2019); foi Subchefe do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG; foi Conselheira da OAB/MG (2017/2019); foi Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); foi coordenadora da Pós Graduação em Direito Público do Centro de Atualização em Direito; foi coordenadora do Curso de Direito Izabela Hendrix (2003/2005); possui diversos livros e artigos publicados na área do Direito Público, em especial no Direito Administrativo.



RENILA LACERDA BRAGAGNOLI

Advogada da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), atualmente ocupando o cargo de Secretária de Integridade. Mestranda em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimentoel e Pesquisa (IDP/DF). Membra efetiva do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP e Membra da Comissão Estatais do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA. Professora de cursos de Pós-Graduação na temática Lei das Estatais e palestrante na área de contratações públicas. Professora de cursos de Pós-Graduação na temática Lei das Estatais e palestrante na área de contratações públicas.



THIAGO ZAGATTO

Advogado e Engenheiro Civil. Mestre em Direito Econômico PUC/PR. Auditor do Tribunal de Contas da União. Especialista em terceirização de serviços pela Administração Pública. Autor de artigos relacionados à terceirização. Parecerista. Professor da Pós-Graduação em Licitações e Contratos da Unibrasil. Palestrante em diversos eventos relacionados a contratações públicas.

PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA - 17/05/2027

8:00
CREDENCIAMENTO

9:00
ABERTURA SOLENE DO 9º CONASJUR

9:30
CONFERÊNCIA DE ABERTURA: A LEI Nº 14.133/2021 CONSOLIDADA: BALANÇO DA APLICAÇÃO, SEGURANÇA JURÍDICA E O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA

10:30
COFFEE BREAK

11:00
PAINEL 1: SISTEMA DE COMPRAS EXPRESSAS (SICX): CREDENCIAMENTO COMPETITIVO, CONTRATAÇÃO SEM EDITAL E O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA

12:30
INTERVALO PARA ALMOÇO

14:00
PAINEL 2: CONTRATAÇÕES INOVADORAS: O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NA SUPERAÇÃO DO MEDO DE INOVAR

15:30
COFFEE BREAK

16:00
PAINEL 3: REFORMA TRIBUTÁRIA E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: PANORAMA DA EC Nº 132/2023 E DA LC Nº 214/2025

17:30
SESSÃO DE PERGUNTAS

18:00
ENCERRAMENTO DO DIA

SEGUNDO DIA - 18/05/2027

08:30
OFICINA A1: REFORMA TRIBUTÁRIA E IMPACTOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
OFICINA A2: ADAPTANDO O MODELO DE EDITAL DA AGU AO SEU CASO CONCRETO

12:00
ALMOÇO

13:30
OFICINA B1: ELABORAÇÃO DE AGENTES DE IA E O ASSESSOR JURÍDICO
OFICINA B2: QUESTÕES TRABALHISTAS, CONTA VINCULADA E CCT

17:00
ENCERRAMENTO DO DIA

PROGRAMAÇÃO

TERCEIRO DIA - 19/05/2027

08:30
OFICINA C1: PESQUISA DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DIRETA: INSTRUÇÃO PROCESSUAL E PONTOS DE CONTROLE DA ANÁLISE JURÍDICA
OFICINA C2: CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOLUÇÕES EM NUVEM

12:00
ALMOÇO

13:30
OFICINA D1: OBRAS PÚBLICAS NA LEI Nº 14.133/2021: CONTROVÉRSIAS E SOLUÇÕES PARA A ASSESSORIA JURÍDICA
OFICINA D2: INTERFACE ENTRE A ASSESSORIA JURÍDICA, A INTEGRIDADE E A GOVERNANÇA (E CRIMES NAS LICITAÇÕES)

17:00
ENCERRAMENTO DO DIA

QUARTO DIA - 20/05/2027

08:30
MESA REDONDA DE DEVOLUTIVA DAS OFICINAS: APANHADO DAS DISCUSSÕES DOS BLOCOS A, B, C E D

10:00
COFFEE BREAK

10:30
PAINEL 4: JURISPRUDÊNCIA DO TCU EM LICITAÇÕES E CONTRATOS: PANORAMA ATUAL

12:00
SESSÃO DE PERGUNTAS

12:30
ALMOÇO

14:00
PAINEL 5: RESPONSABILIDADE DO ASSESSOR JURÍDICO: O ESTADO DA ARTE APÓS A LINDB E IA (TÍTULO PROVISÓRIO)

15:30
COFFEE BREAK

15:45
PALESTRA DE ENCERRAMENTO
VÍCIOS, SANEAMENTO E CONVALIDAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS: O QUE FAZER DIANTE DE UMA ILEGALIDADE

17:45
ENCERRAMENTO DO 9º CONASJUR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conferência de abertura: A Lei nº 14.133/2021 consolidada: balanço da aplicação, segurança jurídica e o papel da assessoria jurídica

Balanço dos primeiros anos de aplicação obrigatória da Lei nº 14.133/2021, com identificação dos pontos de consolidação e das controvérsias remanescentes na doutrina e na jurisprudência. Segurança jurídica nas contratações públicas e o papel estabilizador da função consultiva. Agenda regulamentar pendente e perspectivas de aperfeiçoamento legislativo. A conferência estabelece o fio condutor da 9ª edição: a passagem da fase de implantação da lei para a fase de refinamento técnico de sua aplicação

Painel 1: Reforma tributária e contratações públicas: panorama da EC nº 132/2023 e da LC nº 214/2025

Arquitetura da reforma tributária sobre o consumo: IBS, CBS e Imposto Seletivo. Regime de transição e seus marcos temporais. Efeitos da substituição tributária sobre a formação de preços nas propostas e sobre os contratos administrativos em curso. Imunidades e regimes diferenciados aplicáveis à Administração Pública. O painel oferece o panorama conceitual que prepara a discussão técnica aprofundada da Oficina A1.

Painel 2: Inteligência artificial na Administração Pública: regulação, responsabilidade e uso na função consultiva

Estado atual da regulação da inteligência artificial no Brasil e seus reflexos sobre o setor público. Governança do uso de IA por órgãos e entidades: supervisão humana, transparência algorítmica e proteção de dados. Responsabilidade do agente público pelo uso de ferramentas de IA na instrução processual e na atividade consultiva. O painel antecede a Oficina B1, voltada à construção prática de agentes de IA.

Painel 3: Terceirização: responsabilidade da Administração, encargos trabalhistas e jurisprudência do TST e do STF

Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas de contratadas: o Tema 246 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal e a evolução da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Dever de fiscalização e sua comprovação. Instrumentos preventivos: garantias, retenções e conta-depósito vinculada. O painel oferece a moldura jurisprudencial que prepara a Oficina B2.

Mesa redonda de devolutiva das oficinas: apanhado das discussões dos Blocos A, B e C

Mesa redonda que abre o terceiro dia devolvendo ao plenário o conteúdo do dia de oficinas. Cada oficina apresenta, por seu docente ou relator, síntese das principais controvérsias suscitadas e das conclusões alcançadas na turma, seguindo-se debate cruzado sobre os pontos de contato entre os nove temas e sessão de perguntas do plenário. A mesa assegura que todos os participantes tenham acesso ao essencial das discussões travadas nas oficinas que não puderam frequentar.

Painel 4: Jurisprudência do TCU em licitações e contratos: panorama atual

Panorama das deliberações recentes do Tribunal de Contas da União em matéria de licitações e contratos administrativos: credenciamento, sistema de registro de preços, contratação direta, sanções e reequilíbrio econômico-financeiro. Tendências do controle externo na fiscalização da Lei nº 14.133/2021 e o diálogo com a função consultiva da advocacia pública.

Painel 5: Responsabilidade do assessor jurídico: o estado da arte após a LINDB

Evolução da interpretação do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e do

conceito de erro grosseiro na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal. Distinção entre orientação técnica e decisão administrativa. Natureza vinculante ou opinativa do parecer e seus reflexos sobre a responsabilização. Salvaguardas institucionais e boas práticas de redação de manifestações jurídicas em cenários de incerteza.

Mesa de encerramento: Grandes controvérsias da Lei nº 14.133/2021: a agenda dos próximos anos
Mesa de alto nível dedicada às controvérsias estruturais da Lei nº 14.133/2021 ainda pendentes de pacificação: nulidades e seus efeitos, alocação de riscos, limites da vinculação ao edital, contratação integrada e diálogo competitivo. Prospecção da agenda doutrinária, jurisprudencial e legislativa dos próximos anos.

Fiscalização administrativa e prevenção da responsabilidade subsidiária. Atividade prática: análise de pedidos de repactuação fundados em CCT e de incidentes de liberação de conta vinculada.

PROGRAMAÇÃO GERAL



Presencial em Brasília
ou Online



17 a 20 de Maio
de 2027



das 8:00 ás 18:00
(horário de Brasília)



24 horas de
capacitação

NÃO PERCA MAIS TEMPO GARANTA JÁ! SUA VAGA NO 9°CONASJUR

Entre em contato conosco e conheça nossos planos diferenciados para maior número de acessos

Modalidade Presencial

R$7.190,00

por pessoa

INCLUSO NESTE PACOTE

Material didático exclusivo Inove
Material complementar dos palestrantes
Certificado de capacitação profissional
3 almoços e 5 coffee breaks
Kit de higiene personalizado
Kit Inove com mochila e squeeze

NÃO PERCA MAIS TEMPO GARANTA JÁ! SUA VAGA NO 9°CONASJUR

Entre em contato conosco e conheça nossos planos diferenciados para maior número de acessos

Modalidade Online

R$4.990,00

por pessoa

INCLUSO NESTE PACOTE

Apostila digital com o conteúdo ministrado, certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional digital e Possibilidade de rever as aulas gravadas por 30 dias.

LOCAL DO EVENTO

BRASÍLIA IMPERIAL HOTEL

Endereço: St. Hoteleiro Sul Q. 3 - Asa Sul, Brasília - DF, 70313-000

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE TREINAMENTOS E CAPACITACAO LTDA** com o **CNPJ nº 50.088.618/0001-23**

Itaú
Agência: 5650
C/C: 99008-7

Bradesco
Agência: 2810
C/C: 42345-9

*** Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.